



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 141, DE 2020

Da COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1014, de 2019, da Senadora Zenaide Maia, que Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Sérgio Petecão

12 de Fevereiro de 2020



PARECER Nº , DE 2019

Da MESA, sobre o Requerimento nº 1.014, de 2019, da Senadora Zenaide Maia, que *requer informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente*.

Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Petecão

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise da Mesa o Requerimento (RQS) nº 1.014, de 2019, da Senadora ZENAIDE MAIA, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre os requisitos técnicos adotados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a liberação de defensivos agrícolas (agrotóxicos) no Brasil.

As informações solicitadas dizem respeito, mais especificamente, aos critérios técnicos adotados pelo Ibama para a liberação de defensivos agrícolas no Brasil, especialmente os denominados clorotalonil, glifosato, cloridrato de cartape, diquate e atrazina.

II – ANÁLISE

O presente requerimento atende ao disposto no art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

A Proposição em análise encontra fundamento no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que declara a competência do Congresso

Nacional para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Fundamenta-se, outrossim, no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Estão atendidas as condições estabelecidas no art. 216, incisos I e II, do RISF, combinado com o art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, segundo os quais os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Ao tempo que atende a requisitos constitucionais e regimentais, o Requerimento nº 1.014, de 2019, instrumentaliza o pleno exercício do poder fiscalizatório do Parlamento quanto aos atos do Poder Executivo. Não se vislumbram, portanto, quaisquer óbices para sua aprovação.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do RQS nº 1.014, de 2019.



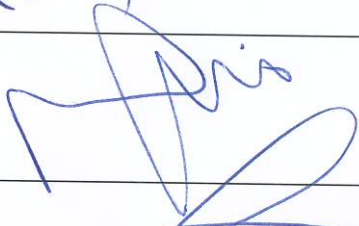
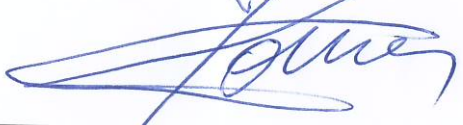


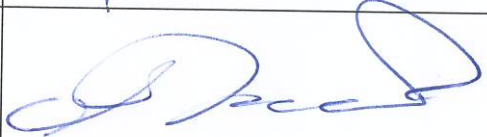
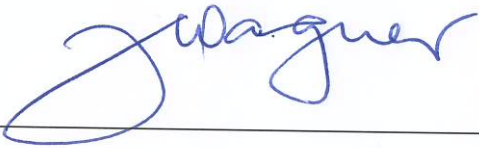

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA DO
SENADO FEDERAL - 2020**

12 de FEVEREIRO de 2020, às 09hs

Senador Davi Alcolumbre Presidente	
Senador Antonio Anastasia 1º Vice-Presidente	
Senador Lasier Martins 2º Vice-Presidente	
Senador Sérgio Petecão 1º Secretário	
Senador Eduardo Gomes 2º Secretário	
Senador Flávio Bolsonaro 3º Secretário	
Senador Luis Carlos Heinze 4ª Secretário	
Senador Marcos do Val 1º Suplente de Secretário	
Senador Weverton 2º Suplente de Secretário	
Senador Jaques Wagner 3º Suplente de Secretário	
Senador Leila Barros 4º Suplente de Secretário	

DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 1014/2019)

EM SUA 1ª REUNIÃO, NO DIA 12.02.2020, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.

12 de Fevereiro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão Diretora do Senado Federal